

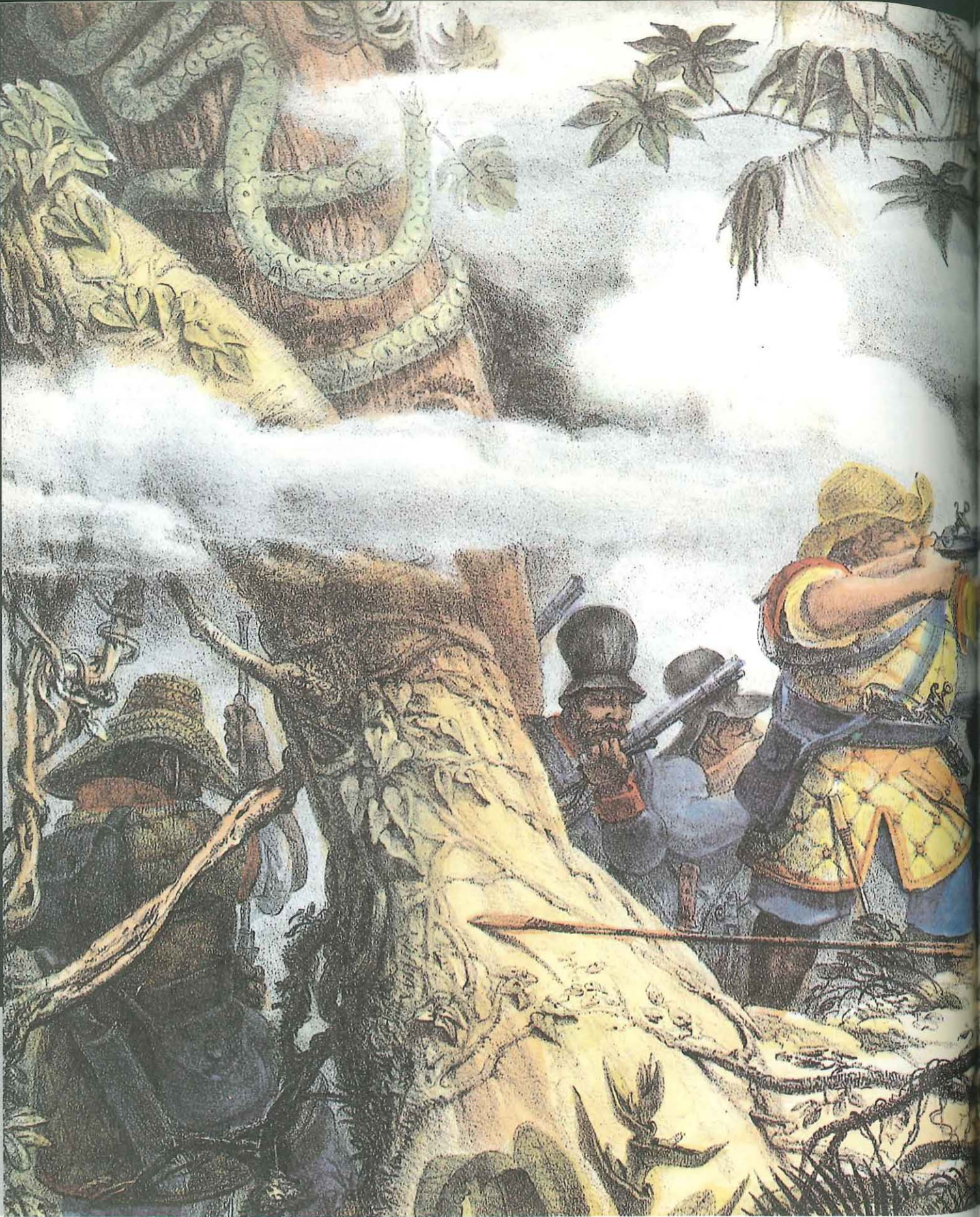
Humanidades

28



A M É R I C A 5 0 0 A N O S

INTERIORIZAÇÃO **NOS CERRADOS, OS BANDEIRANTES CONTINUAM O DESCOBRIMENTO**





AS PRIMEIRAS DESCOBERTAS DOS CERRADOS CENTRAIS



DENTRO DA AMÉRICA PLURAL, OBSERVA-SE O DESCOBRIMENTO EXPANDIDO, CHEGANDO AO CERRADO. OS MARES A NAVEGAR SÃO SUBSTITUÍDOS PELA VEGETAÇÃO DO INTERIOR DO BRASIL. O NOVO MUNDO É O ELDORADO. AS BANDEIRAS FAZEM AS VEZES DAS CARAVELAS. COM ISTO, O EXPANSIONISMO EUROPEU CRAVA SEUS DENTES NA MATA, PRODUZINDO AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE POVOAMENTO DA TERRA DE SANTA CRUZ.

A questão do bandeirismo antigo no Brasil dos anos de 1500 e 1600 forjou-se e esgotou-se por excesso de retórica e por seu uso abusivo na construção ideológica do Estado Novo e de períodos seguintes de forte expansão interna no país.

Os 'bandeirantes', heróis do imaginário nacional nos anos de 1930 a 1960, chegaram aos anos finais deste século sob o estigma do opróbrio – grandes matadores de índios, colonizadores cruéis, bandidos sanguinários – em mais uma das crises nacionais. A ideologia de expansão interna que acompanhou a imagem do bandeirante foi se desgastando na exata medida em que a abertura de novas fronteiras no oeste e no norte do país realizava-se também sem maiores soluções visíveis para as crises básicas do século.

Ademais, Hollywood, e a indústria cinematográfica americana, a partir dos anos 1970, empreendeu radical revisão na questão indígena. O *cowboy* americano passou a vilão e o índio a herói ecológico – talvez pelas mesmas razões e na mesma simetria da rejeição brasileira.

Se é profundamente irônica essa ressurreição do indígena rousseauiano, justo quando de quase todo se extinguiu, não menos desinteligente se revelaria o abandono, pelo estigma, da história da colonização européia nas Américas.

CONQUISTAS PRECÁRIAS

A primeira colonização aqui foi aquática. O português era um nauta por excelência, no século XVI. Onde desse calado um bote, lá chegava, munido de bússola e de sextante.

O primeiro mapa conhecido do Brasil, o da biblioteca Estense de Módena, 1502, mostra entre árvores e papagaios, as marcações dos rios Amazonas e do São Francisco. Outro, de 1519, da Biblioteca Nacional de Paris, mostra também o estuário do Prata e inacreditáveis 150 denominações geográficas no Brasil.

Três, quatro homens, a canoa leve, nada mais é necessário, comendo-se peixe e alguma caça, para cruzar, em um ano, o país todo, pulando entre bacias hidrográficas.

A questão do 'conhecimento', da primazia de 'quem chegou aonde', não pode portanto ser colocada. Por hipótese, qualquer português embarcado no São Francisco, no Prata ou no Amazonas, pôde ter chegado a qualquer desses mesmos destinos sem maiores impossibilidades potamográficas, a não ser uns 'varadouros' entre bacias, geralmente pouco extensos. Vistos os primeiros mapas do Brasil, a probabilidade de que isto tenha ocorrido é bastante alta.

Já pelos meados dos anos 1500 nem mais é reinol o grosso dos contingentes sertanistas. São brasileiros, mestiços de branco e índio, amamentados e crescidos na taba, falando a língua geral até dar ingresso em algum colégio da Companhia de Jesus, em São Paulo, em Salvador, em Vitória...

Só pelo profundo conhecimento da alma indígena compreende-se que um mestiço como André Fernandes ousasse, com seus trinta homens, tentar o seqüestro de três mil índios no Araguaia.

Pela força não seria. Antes a lábria, a presunção, com motivos inimagináveis.

Esse conquistador é geralmente um guerreiro. Tem tanto objetivos fixos quanto aleatórios. Descobrir minas. Escravizar índios, caçar, bestar pelo mundo incógnito.

Sua expedição deve ser proporcional aos objetivos. Seu aparato de conquistas comporta, pelo grande número de pessoas envolvidas, ao menos uma ronda de gente guerreira brava e outra de domésticos, de trabalhadores para o alimento para o acampamento e uma fração de investigadores – às vezes até engenheiros de minas –, tudo no emprego de obter riquezas, ou pela persuasão ou pela força.

A bandeira do século XVI, nome geralmente impróprio, é o equivalente a uma companhia de exército da atualidade. Uns cem homens de guerra e o dobro ou o triplo de serventuários em funções de prestação de serviços gerais.

O nome 'bandeira' provém da mesma bandeira ou flâmula ou estandarte que essa tropa carregava, insígnia de brasão de armas ou da coroa real, que por velha tradição das guerras européias transportou-se ao Brasil.

Muitas tinham regimento oficial determinando seus comandantes, os poderes de que dispunham, os objetivos a que se propunham, etc. Raras foram as bandeiras regimentadas e muitíssimo mais as informais, a que se deu nome de 'entradas' ao sertão. A palavra 'bandeirante', por exemplo, só começa a ser empregada no Brasil em fins dos anos 1700.

O CERRADO DESVENDADO

Sobreviver antigamente nos cerrados, as assim chamadas savanas do interior brasileiro, era um exercício da arte ecossistêmica.

Em regiões de chapadas de campo limpo, como em Brasília e na chapada dos Veadeiros, há quinhentos anos atrás haveria grandes manadas de veados, de lobos-guará e outros quadrúpedes que se adaptam mal coletivamente a ambientes de mata. A lembrança permaneceu em nomes regionais: em Guará (DF), o lobão alto, quase um cachorro, e como em Veadeiros (GO), o antlope campeiro.

Ou em sua destinação lúgubre, como no nome antigo de Formosa: Couros, as embalagens do passado.

Caçá-los, apostando em corridas ou em 'esperas' nos bebedouros d'água, era uma arte tanto para o bosquímano da savana africana, quanto para o mongol da estepe siberiana, quanto para o Jê do cerrado brasileiro. São, se contarmos os aborígenes da Austrália, os povos antigos das savanas do planeta Géia, povos especiais na eco-história da humanidade.

Raros em todas as savanas são os vestígios arqueológicos. Nos descampados, os ventos, as chuvas torrenciais e o sol arsam rapidamente com todo e qualquer vestígio humano.

Em todo o Distrito Federal por exemplo, nos últimos trinta anos, apesar de todo seu solo revirado, não surgiu um único indício arqueológico em toda a vasta e bela região.

Explica-se com facilidade: um animal arisco como o veado campeiro só pode ser abatido por flechas de caniço. Ou no porrete de madeira, dura e pesada, quando no bebedouro da mata.

Sobreviver antigamente nos cerrados, as assim chamadas savanas do interior brasileiro, era um exercício de arte ecossistêmica

Dáí terem-se denominado os Jê da região também por 'caceteiros', habilíssimos na quebra de crânios do colonizador. O Jê, como os outros savaneiros mongóis, bosquímanos e australianos — os povos das savanas — eram fundamentalmente caçadores, de cultura guerreira portanto. Quem sabe bem abater um animal sabe melhor ainda abater um homem. E não deixam vestígios. As armas são de madeira, perecíveis.

No cerne de sua cultura, embora praticassem pequena agricultura desde o ano 1000, predispunham-se ao nomadismo.

De fato, freqüentemente, é o ecossistema que molda o caráter de uma cultura. Entre nós o mongol cavaleiro chamou-se Guaicuru, nação que por pouco não inviabiliza a conquista de Mato Grosso no século XVIII. Ao tempo da guerra do Paraguai, o Império pediu-lhes cavalos e por fim os integrou em batalhões de cavalaria. Como prêmio, ganharam as terras de Bodoquena, onde vivem seus sucessores Kadiwéu.

Neste reino dos cerrados é que se houveram, desde 1589, os índios Jê e os conquistadores paulistas.

Em face do invasor havia no Planalto Central uma raça indígena forte, aguerrida e desde muito antigamente dona dos cerrados brasileiros: os grupos Jê, vulgarizados na literatura do século XIX como os Ubirajara, os Timbira. Os famosos Tapuia, em contraposição aos Tupi.

Há vestígios de ocupação em Goiás datando de 10-15 mil anos atrás. Segundo o prof. Altair Salles Barbosa, até pelo ano 1000 dC, já se estruturavam como tribos de horticultores.

Desde o Piauí, Maranhão e o Pará (Timbira e Caiapó) estendia-se a coluna vertebral do Jê por São Paulo, Paraná e Santa Catarina (Caingangue, Botocudo), como vai bem mostrado no mapa etnográfico de Nimuendaju.

Sob muitos aspectos formaram um império sólido, rústico, incomunicável à língua geral e aos modos gerais mais flexíveis dos Tupi-guarani, donos do litoral brasileiro, os primeiros a confrontarem-se com o colonizador.

Os Jê dividiam-se em diversas nações individualizadas e não raro rivais entre si. Para lembrar apenas os mais antigos e impactantes do ponto de vista histórico, primeiríssimo é o Caiapó, índio que a historiografia do conquistador abomina, por sua alta capacidade de resistência e retaliação, "o mais bárbaro e indômito de quantos produziu a América".

Antigamente ocuparam todo o sul de Goiás a partir da latitude do Distrito Federal, entrando pelo Triângulo Mineiro e Mato Grosso do Sul, onde tiveram suas principais aldeias e onde mais resistiram. Havia também o grupo do norte (Bilreiro) que liqüidou com a grande bandeira de Sebastião Paes de Barros (oitocentos homens) em 1671 na confluência Araguaia/Tocantins. Talvez sejam os Caiapó depois encontrados na bacia do Xingu.

Há os Carajá. Há uns mil anos estruturaram-se no vale do Araguaia, vivendo de pesca e caça em tal completude que, embora macro-Jê, desenvolveram uma língua e uma cultura especialíssimas, a ponto de serem confundidos com outras etnias. Eram os Carajaúna e Carapitangá das bandeiras seiscentistas, aos quais em 1782 o capitão-mor Antonio Telles referia-se desprezivamente e como "moles e patifes".

Se o famoso índio Goiás de todo não for um índio de etnia Tupi, como supomos com base na etimologia da palavra, quase certamente seria um ramo Carajá da bacia do rio Vermelho, onde todos os sítios arqueológicos já pesquisados levam a marca Carajá.

Quando da colonização aurífera no século XVIII, desde a latitude de Brasília para o norte até a confluência do Araguaia, celebrizaram-se os macro-Jê Acroá e Xacriabá. Os Xacriabá ainda existem no São Francisco mineiro. Já os Acroá ou bem estão extintos ou adquiriram denominações novas como nos 'Akué' Xavante e Xerente. Em determinado momento no século XVIII, ocupavam vastas extensões do rio Tocantins.

Outra nação antiga foi a Crixás ou Quirixás, Tapuias, no dizer do cronista Silva Braga (1722), vale dizer Jê. Ocuparam parte do vale do Paranã, a região de Porto Nacional, e obviamente, o vale do rio Crixás, que verte no Araguaia. Segundo uma informação de 1760, teriam emigrado para oeste junto com os índios Goiás, deles não havendo mais notícias. O governador João Manoel de Mello considerava-os os donos primitivos da área goiana de mineração.

Enfim, há outros grupos Jê que só começam a ser nomeados em fins do século XVIII: Xavante, Xerente, Apinajé... Não sabemos se já lá estavam desconhecidos, se teriam chegado mais recentemente, ou até mesmo se não eram denominações novas ou cissiparições de tribos mais antigas.

O mapa de Curt Nimuendaju é absolutamente falível nesse aspecto, mesmo porque não se pretendeu a tal exegese.

AS ILHAS TUPI

Ao cabo de um século de guerras no litoral, por volta de 1600, a conquista portuguesa empurrara Tupi contra Tupi. Algumas tribos dessa etnia, mais fragilizadas (ou mais pacíficas), foram buscar refúgio no interior profundo do país, confrontando na subida do Planalto Central, no reino dos cerrados, com os macro-Jê imperantes.

Algumas nações Tupi importantes, como os Amoipira, Tupiães e Tobajara assenhorearam-se do médio São Francisco em data que se desconhece, anterior porém a 1587.

Um contingente menor de Tupi alcançou também a serra Geral de Goiás, confrontando ali com nações Jê. Eram Aricobé e Tupinambá, a que podemos acrescentar, por força desta pesquisa, os Temiminó do rio Paranã.

De fato, segundo o prof. Altair Salles, pesquisas arqueológicas na serra Geral de Goiás têm indicado a presença, com datações de trezentos-quatrocentos anos, de artefatos de tradição Tupi, próximos a sítios de tradição Jê.

Altamente ilustrativo desse estado de coisas dos índios Tupi refugiados é o caso dos índios Temiminó do rio Paranã.

Os índios Temiminó ou fração deles tinham sido aldeados, em 1555, pelos jesuítas, no Espírito Santo. Deviam, porém, estender-se, pela terra adentro, até o São Francisco, em consequência de conflitos com os Tamoio da costa de quem eram ini-



migos. Em anos seguintes registra-se o grupo Temiminó no Espírito Santo, onde sempre o cita a historiografia clássica, e outro grupo da mesma nação no rio Itinga – para-n-a-tinga – rio das Águas Brancas, atual denominação do curso superior do rio Paranã em Goiás e que talvez à época o compreendesse todo. Por volta de 1613, acossados por sucessivas bandeiras paulistas às cabeceiras do Tocantins, imigraram para o rio Preto, afluente do São Francisco nos confins do Piauí. Mesmo destino, aliás, de um grupo de Tamoió do Rio de Janeiro, tudo conforme o relato do padre Antônio Araújo em 1622.

Quando ainda no Paranã, em 1602, os Temiminó foram assaltados por uma vanguarda da bandeira de Nicolau Barreto, como se depreende de uma carta do padre jesuíta Justo Mancilla Vam Surck ao Geral da Companhia de Jesus.

Dizia ali o bom padre o quanto assombrou-se com a notícia referente à bandeira de Barreto:

“que en el año de 1602... Com capa de buscar minas, llevo en su compañía 270 portugueses y 3 clérigos... (de los quales)... unos 40 dellos dieron por aquellos montes con unos índios Cristianos, que enbiados de los padres de La Villa Rica de Espírito Santo, aviam ydo a buscar sus parientes y traerlos para nuestras aldeias, y con efecto llevavan ya para ellas unas 700 almas... pero estos portugueses los tomaram a todos, aunque estos índios Cristianos les deciam que nuestros Padres les aviam enbiado, y que allí cerca avia otros muchos infieles que llevar, etc. Y para que estos cristianos después de sueltos non se quexassem, los ahorcaran, negandoles confession que pedian, aviendo entre ellos um clérigo que los podia confessar”... (Taunay, in *História geral das bandeiras paulistas*. Tomo I).

O CAVALEIRO DE GRANDES PRENDAS

Retrocedamos ao ano de 1591. Desde a Bahia, assumia o sétimo governador-geral do Brasil, d. Francisco de Souza, fidalgo de grandes relações na corte, português nobre, da Casa dos Condes do Prado e de Beringel, e antigo companheiro do rei d. Sebastião na desastrosa jornada africana de Alcácer-Quibir.

Na Europa conhece d. Francisco ao senhor de engenho da Bahia, Gabriel Soares de Souza, autor de um formidável estudo sobre o Brasil da época, o ‘Tratado descritivo do Brasil’, de 1587. Gabriel conta-lhe de diversos rumores vindos do vasto desconhecido interior do país sobre enormes riquezas minerais em ouro e prata, superiores talvez, supunha, às do México e às do Peru.

Era Sabarabuçu. O sol da terra dos indígenas, que dela deram notícia ao governador Tomé de Souza em 1549. A Serra Resplandescente, imaginada pelo português quinhentista como uma montanha de ouro perdida no interior profundo do Brasil, coroada por uma crista rochosa de esmeraldas, talvez às cabeceiras do rio São Francisco, já então bastante conhecido até o sertão baiano.

D. Francisco envia Gabriel Soares à sua busca, na qual este falece no seguinte ano de 1592, há exatos quatrocentos anos.

A cartografia portuguesa dos séculos XVI e XVII é em si própria um enigma propositado. Havia mapas para consumo oficial e outros para o público

A esta altura dos acontecimentos já haviam chegado ao Brasil notícias do Peru dando conta do celeberrimo El Dorado, reino incógnito nos confins da região amazônica, onde o cacique habitava em casas com telhado dourado e banhava-se com corpo pintado de ouro em pó numa famosa lagoa, dita Dourada, do Ouro, ou ainda Eupana, Paitity, Xaraiés e Vupabuçu, nomes de diversas procedências, umas espanholas, outras indígenas, para indicar o mesmo mito.

A lenda do El Dorado é mais espanhola e mais fantasiosa partindo dos Andes hispânicos que partindo do outro lado da linha de Tordesilhas, dos domínios portugueses da Terra de Santa Cruz.

A primeira informação espanhola a respeito parte de Gonzalo Pizarro, em carta ao rei da Espanha em 1542. Pizarro, desde o Peru, atravessou os Andes e seguindo antiga estrada incaica, penetrou a floresta amazônica na altura da linha do equador em direção ao Brasil, onde estaria a lagoa do El Dorado ou Parime, a famosíssima Manoa, que na língua indígena local significava tautologicamente 'lago'. Diversas expedições espanholas saíram à procura desse lago, onde os derrotados incas teriam tido mineração de ouro. Em 1596, sir Walter Raleigh, o famoso explorador inglês, publica suas aventuras na busca do El Dorado, que ganha então renome universal.

Devo essas informações a Roland Stevenson, 'antropólogo visual' em recente artigo (*Leitura*, São Paulo, agosto 1982). Stevenson, que trabalha entre os lanomami, pesquisando com o auxílio do geólogo Gert Woeltje da Universidade do Amazonas, acha que o lago realmente existiu em uma vasta região de campo limpo existente no interior de Roraima. Seria um lago de águas salobres, desfeito por lentos fenômenos naturais há cerca de uns quinhentos anos.

Para os índios Macuxi, informa Stevenson, a região de Roraima era um grande mar e suas serras, ilhas.

De fato, a geologia do quaternário, inferno astral dos geólogos e dos arqueólogos, pode apresentar transformações muito mais rápidas do que crê nossa inocente sapiência.

No mundo português, de quem da linha de Tordesilhas, a notícia do lago chegou em 1549, via interrogação que fez o governador-geral Tomé de Souza aos índios. Ora, os espanhóis interrogavam índios do pé dos Andes. O governador português, índios do litoral do Atlântico.

Apesar da magnífica tese que levanta Jaime Cortesão sobre a visão telescópica geográfica dos índios brasileiros, parcialmente provada em evidências etnográficas, não há como conciliar, em distâncias de cinco ou seis mil quilômetros, informações corretas partindo de frentes diferentes.

O próprio Cortesão mostrou como variava em centenas de quilômetros a linha de Tordesilhas, conforme fosse o cartógrafo ou bem espanhol ou bem português, corrigindo-a conforme os interesses políticos de cada reino.

A cartografia portuguesa dos séculos XVI e XVII é em si própria um enigma propositado.

Havia os mapas para consumo interno, calçados nas últimas e mais verídicas informações procedentes do ultramar e os ma-

pas para consumo externo das outras nações européias, ocorrendo ou bem em absolutas vacuidades inúteis, em que enormes escudos das armas de Portugal encobrem vitais informações geográficas, ou bem em erros deliberados de informação.

Porém, como distinguir hoje com certeza uns e outros mapas?

Igualmente devia haver em torno à mesa dos principais cosmógrafos portugueses, espanhóis e italianos, um grande esquema de espionagem e contra-espionagem, ambos geralmente ligados à corrupção, numa vasta teia de interesses conflituais. Não raro da prancheta do mesmo cartógrafo dos anos 1500 e 1600, saem mapas absolutamente díspares, que melhor se explicam por essas pressões do que por pura e simples incorrência.

No caso das duas lagoas Douradas, a procurada pelos portugueses e a buscada pelos espanhóis, há diversas coisas a considerar.

Não é crível, visto os modos dos anos 1500, que alguma autoridade colonial passasse às cortes informações providas de fontes indígenas que não fossem confrontadas com um certo número de depoimentos concordantes. Ora, estas, tanto a partir da Bahia quanto de São Paulo, apontavam um grande lago nas nascentes comuns ao São Francisco, ao Prata e ao Tocantins.

Dali também, segundo alguns cartógrafos vertiam alguns afluentes do Amazonas, e em muitas representações cartográficas, de época, todas as nascentes da bacia Platina, inclusive o rio Paraguai.

O lago resumia e dava nascimento a todas as bacias hidrográficas do Brasil, que, unidas, faziam com que a Terra de Santa Cruz fosse na verdade, em face do conhecimento quinhentista, uma ilha.

Era habitual na São Paulo dos primeiros tempos a atividade sertanista. Nem tanto como aventura, mas pelas refregas constantes, inerentes ao processo de posse e colonização, com índios Tamoio e tupiniquins.

A postura defensiva começa a modificar-se em 1512 com a nomeação do capitão-mor Jerônimo Leitão no governo da capitania. Embora acusado de tibieza e de afinar-se com a política indigenista dos jesuítas do Colégio de São Paulo, ou talvez pela continuidade de seus longos vinte anos de governo, ao tempo de Jerônimo Leitão morreram, sobretudo na escravidão, cerca de trinta mil índios que ameaçavam a colonização portuguesa no litoral paulista e fluminense e no entorno do Tietê paulistano. Uma de suas expedições ultrapassou a capital do Paraná, atingindo o famoso Guairá (nome de um cacique indígena), a que, no século seguinte, tantas expedições paulistas escravizadoras se dirigiram.

Assim, em geral, até cerca de 1590, ocupavam-se as bandeiras paulistas com a preia de índios no vale do Tietê em São Paulo, adiantando-se no máximo as excursões até Santa Catarina. Segundo cálculos de jesuítas espanhóis, haveria no vale do Tietê nada menos do que trezentas aldeias com trinta mil índios, além dos duzentos mil Carijó do vale do Paraná. Havia muitos índios a escravizar, portanto, nas proximidades de São Paulo.

Entre 1590 e 1597, descobriu-se algum ouro, lavrado próximo a São Paulo, no morro do Jaraguá e em Vuturuna, por Afonso Sardinha, Clemente Álvares e um certo Sebastião Marinho, considerado o descobridor do ouro de Goiás.

A partir dessa época, impelida por ótimos preços, a economia açucareira da Bahia e de Pernambuco demandou grande fluxo de mão-de-obra indígena 'administrada', a ponto de reclamar à Câmara de São Paulo em 1601 para se arranjamem "índios de par ou guerra pelo muito prejuízo que a terra recebia havendo grande remessa de cativos para a Bahia".

Havia mais ainda, também em São Paulo, transmitido pelos índios, o sempre eterno mito da lagoa Paraupava, ou Vupabuçu, ou Eupana, ainda Xaraiés, Dourada, do Ouro ou Paytiti, e que tinha como mito complementar o da Serra de Ouro, chamada pelos índios por Sol da Terra, Sabarabuçu. Ficaria próxima da lagoa Vupabuçu ou Paraupava, nas nascentes do São Francisco, segundo as lendas bandeiristas da época.

Era a mesma visagem que na mesma época entretinha desde a Bahia o governador-geral d. Francisco de Souza e o cronista Gabriel Soares.

Apesar de todas as evidências contrárias que foram surgindo com as entradas paulistas, paraenses e baianas, o mito desse lago perdurou por todo o século XVII.

Somando-se os mitos de Paraupava e Sabarabuçu ao florescente negócio de exportação de escravos indígenas para os engenhos do Nordeste, reuniram-se então tanto condições objetivas quanto subjetivas para o lançamento de diversas bandeiras de preação de índios além do vale do Tietê paulista. Em busca de riquezas minerais, basicamente. À sua falta, (o que foi regra geral), escravos índios.

A EXPEDIÇÃO GROU-MACEDO

Em 1606 uma carta da Câmara de São Paulo ao donatário da capitania expõe que a sua força armada constava de trezentos brancos e 1.500 índios aliados.

Convenhamos que era pequena tropa para o leque de entradas que se abria a partir de 1585 com a bandeira do capitão Jerônimo Leitão aos Carijó do médio Paraná, e em 1586 pela bandeira de seu lugar-tenente Domingos Luís Grou aos índios Tupiães (ou tupiniquins e toda casta de Tapuia) do vale do Rio São Francisco. Uma primeira bandeira de Domingos Grou pôs a perder antiga aliança dos paulistas com esses Tupiães e tupiniquins, que a sede de escravização transformaria rapidamente em inimidade hedionda. Uma segunda bandeira de Domingos Grou, com cinqüenta homens e uma jornada de quatro anos pelas cabeceiras do São Francisco e ao sertão de Paraupava (1589) foi dizimada pelos antigos aliados em seu retorno pelo rio Tietê, ficando a vila de São Paulo assediada por três anos pelos tupiniquins. Seria hipoteticamente, em razão de uma referência a Paraupava, a primeira bandeira a pisar território goiano, essa de Domingos Luís Grou, morto no sertão e continuada a marcha por Antônio de Macedo, filho do famoso João Ramalho. Isso tudo entre 1589 e 1593. Domingos Luís Grou era português, mas casado com uma índia.

DE NOVO, D. FRANCISCO DE SOUZA

Desde a Bahia, o governador-geral devia estar informado dessas excursões de Jerônimo Leitão, e sobretudo da investida profunda, certamente fluvial, dos cinqüenta homens comandados por Domingos Grou e Antônio Macedo, a todo um novo sistema potamográfico descoberto: rio São Francisco, atingido pelo sul, e também seu sucessor após a chapada a oeste, onde nasce o caudaloso e amazônico rio Tocantins. Tratando-se de nautas portugueses do sertão, durando a expedição quatro anos, estando o Tratado de Tordesilhas relegado desde 1580 pela união das Coroas de Portugal e Espanha, não há mesmo como sofra a curiosidade desses navegantes do São Francisco, em espiarem o que havia além das chapadas ao sol poente.

Pesando todas essas circunstâncias e as que virão em seguida, venço-me que os homens de Grou e Macedo foram os primeiros a conhecer, pelo sul, o Planalto Central do país, tese esta levantada pelo historiador paulista Manoel Rodrigues Ferreira, respaldado em farta argumentação.

O CASO BOTAFOGO

Entrementes, o governador-geral d. Francisco de Souza, ainda na Bahia, devia vir acumulando, desde 1594 pelo menos, notícias de São Paulo dando conta do ouro de Jaraguá e Vuturuna e das novas da expedição Grou-Macedo.

Nesse ano aparece-lhe um audacioso fidalgo do Rio de Janeiro, certo João Pereira de Souza Botafogo, que poucos anos antes cometera a façanha de aprisionar um daqueles diversos aventureiros que frequentavam a baía da Guanabara, o francês Toussaint Gurgel, antepassado da família brasileira dos Amaral Gurgel.

Esse João Pereira de Sousa era curiosa figura. Segundo Carvalho Franco, pertencia a uma família nobre do reino, perseguido, não se sabe por quê, pelo governo. No Rio de Janeiro obteve uma sesmaria na praia e bairro de Botafogo, que teria esse nome por alcunha do nosso João Pereira de Souza.

D. Francisco, conhecendo-o na Bahia e vendo-lhe valor, nomeia-o capitão-mor governador da capitania de São Vicente e São Paulo em 1595, apressando-lhe avançar o quanto antes, no descobrimento; pelo sul, do rio São Francisco. Duas outras expedições, também partiriam, simultaneamente rumo ao centro do país do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. O governador-geral tinha urgência máxima em encontrar a miragem de Sabarabuçu e despachou em companhia de Botafogo pessoas competentes de sua confiança, entre eles o prático minerador Domingos Rodrigues.

Botafogo assumiu o governo de São Paulo e em 1596 já se fazia ao sertão da 'Parnaíba', que não seria o rio Parnaíba da Mantiqueira, mas sim o 'Paranaíba', divisor hoje entre o sul de Goiás e o Triângulo Mineiro, como acredita Manoel Rodrigues Ferreira.

Estava lá Botafogo, quando aparece-lhe, em julho de 1597, em pleno ermo bravo, um oficial de justiça com ordens de sua

Havia o mito da lagoa Paraupava que, apesar de todas as evidências contrárias, perdurou até o século XVII

prisão expedida por dois adjuntos que nomeara para representá-lo no governo da capitania de São Vicente, em virtude, parece, de acusações que lhe imputava Pero de Souza, donatário hereditário da capitania.

Esse episódio sempre me pareceu de um surrealismo inusitado, matéria para ficção histórica. No entanto há documentos a respeito. Depois, Botafogo teria ido a Portugal defender-se, voltando livre em 1605, acabando assassinado em São Paulo em circunstâncias desconhecidas.

Estendi-me no episódio para demonstrar como ao lado da barbárie e das privações sertanejas, existia um aparelho de Estado, bem como instituições civis e religiosas alertas aos acontecimentos, reduzindo os aspectos de aleatoriedade, inconseqüência ou gratuidade com que foram tratados por diversos historiadores. Não caímos, porém, pelo lado da vertente enigmática da conspiração histórica de um d. Francisco de Souza e do governismo português, pois foram tão grandes e comezinhos os erros da colonização oficial no centro do país que é dispensável comentá-los.

No caso porém, do governador-geral Francisco de Souza, é preciso vestir-lhe amplamente o figurino quinhentista. A exemplo de Cristóvão Colombo, de Pizarro e de Cortez, havia negociado na corte, ao meter-se na crença dos tesouros de Sabarabuçu, a promessa do título de marquês das Minas e de sua administração plenipotenciária. D. Francisco, embora súdito fiel, agia fundamentalmente em interesse de seus próprios negócios, sócio do próprio nariz. Um aventureiro, um quixote dono de sua sorte e aventura.

AS BANDEIRAS DO GOVERNADOR-GERAL

Com a extravagante prisão de João Pereira de Souza Botafogo, assumiu o comando da expedição, em 1597, o mineralogista e fundidor de ferro já citado, Domingos Rodrigues, português membro da *entourage* de d. Francisco de Souza.

Da expedição de Domingos Rodrigues sabe-se ter trazido do sertão uma índia 'Guayá' ou da 'nação Guoyá', de Paraupava, isto é, da região do rio Araguaia. De fato o famoso índio Goiá, uma quase ficção etnográfica, que deu seu nome ao estado de Goiás, ainda habitava, um século depois, a região do rio Vermelho onde fundou-se a cidade de Goiás. A raiz semântica *gua-yá* e *goyá*, explica Teodoro Sampaio, vem pelo tupi "gente da mesma raça", "parecido", "indivíduo semelhante". Seria portanto um grupo Tupi-guarani no universo Jê do Planalto Central.

Entende Carvalho Franco que do Araguaia foi ter Domingos Rodrigues ou então membros da sua expedição à Bahia, pelo vale do São Francisco, levando amostras de minérios ao governador d. Francisco de Souza.

Seja por esse ou por outros fatos, em maio de 1599, d. Francisco já se encontra em São Paulo, próximo aos acontecimentos palpitantes. O grosso da bandeira de Domingos Rodrigues, porém, ainda leva um ano e meio para regressar a São Paulo, onde chega em dezembro de 1600.

Sem mais esperar, d. Francisco, ainda em 1599, envia ao sertão Anthony Knivet, ex-pirata inglês e criado relutante dos

Correias de Sá do Rio de Janeiro, de onde volta com amostras de ouro. Rodrigues Ferreira acha ter ele atingido o São Francisco, onde já estivera em 1596.

Ato contínuo, envia em 1601 a bandeira de André de Leão ao mesmo São Francisco, em busca de Sabarabuçu, de onde retorna depois de nove meses, sem resultados.

SEBASTIÃO MARINHO E OS MINEIROS PAULISTAS

Expedição da época, embora pouco citada, é a dos Afonsos Sardinhas, pai e filho. Reveste-se de especial interesse pela profissão dos Sardinhas, que se encontram entre os homens mais ricos de seu tempo, no ofício de minerar ouro e ferro nas lavras de pequenas mas persistentes extrações, próximas a São Paulo.

Companheiro de Afonso Sardinha (o filho) era Sebastião Marinho, que com ele, em 1592, descobriu as minas de ferro de Araçoiaba. Ora, um famoso esboço de mapa do século XVIII, muito rústico, descoberto por Taunay nos anos 1920, justamente registra ao norte de Vila Boa de Goiás a inscrição de terem ali sido descobertas minas de ouro em 1592, tempos de Felipe II, pelo mesmo Sebastião Marinho. Mais certo é que em 1598 Afonso Sardinha, com grande expedição, parece ter atingido territórios de Minas Gerais e de Goiás, segundo faz crer Manoel Rodrigues Ferreira.

As datas estão encavaladas, mas é significativa essa associação entre mineradores, ainda mais que em 1601 d. Francisco de Souza proibiu a entrada de qualquer pessoa às minas a descobrir, exceto aos dois Sardinhas.

Parte então Sardinha Filho na expedição de Nicolau Barreto, que sai de São Paulo em 1602, segundo informe de Carvalho Franco. Bandeira grande, de trezentos homens. Nicolau era irmão do ouvidor e capitão-mor de São Paulo, Rodrigues Ferreira, pesquisando documentos referentes, aponta o itinerário da expedição: rio Anhami (Tietê, SP), rio Goiabi (rio das Velhas, MG), rio Paracatu (MG), já com esse nome.

Há probabilidade de terem entrado para Goiás, mais propriamente para o vale do Paranatinga, que é um seguimento do rio Paranã e onde segundo o padre Araújo vivia pela época um grupo de índios Temiminó. Pelos índios contatados na região do Paranatinga e do Paracatu, Temiminó e Tupiães, convalida-se a hipótese da estada aí, tempos antes, de outras bandeiras que os conheceram, como as de Domingos Luís Grou; a de Knivet e a de André de Leão. Retorna a expedição em 1604. Havia ido com intuito de descobrir minas de ouro e prata. Trouxeram escravos índios.

Dessas bandeiras ao São Francisco e ao Paraná, d. Francisco de Souza deve ter formado alguma quixotesta convicção, apesar do fracasso material delas, sobre as riquezas do interior.

Vencido seu mandato de governador, volta à Espanha em 1605, onde junto ao chanceler duque de Lerma obtém, à semelhança de Pizarro e Cortez, a promessa de um marquesado das Minas, a descobrirem-se nas capitanias do sul do Brasil, para o que acedeu o governo espanhol (1608) em criar no governo do país duas repartições, confiando a d. Francisco o governo de

Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente. Tão grande a expectativa que fracionara-se o governo geral do Brasil!

Em 1609 já se encontrava de volta a São Paulo.

Nesse ínterim, o provedor e administrador das minas de São Paulo, Diogo de Quadros, fizera seguir para o sertão Belchior Carneiro, mameluco, genro do velho Domingos Grou e participante da recém-chegada bandeira de Nicolau Barreto. Belchior morreu no sertão dos índios Bilreiro (talvez Caiapó), situados por uma informação do Pará, em 1674, como moradores da barra do Araguaia, o Paraupava dos paulistas. A expedição teve o objetivo declarado de capturar índios para o trabalho nas minas de ferro de São Paulo. Esse objetivo, na minha opinião, é um claro indicativo da crescente desilusão reinante quanto às minas do interior do país.

Em 1608 sai de São Paulo, contrariando recente proibição real de ir ao sertão, a bandeira de um seu vereador, Martim Rodrigues Tenório de Aguiar, espanhol. Seguramente estiveram com os Carajá na ilha do Bananal e com os Bilreiro na confluência do Araguaia/Tocantins. Martim Rodrigues, que também veio antes na bandeira de Nicolau Barreto, morreu no sertão. Fragmentada, a bandeira voltou, aos magotes, em 1613, permanecendo quatro anos nas brenhas goianas e são-franciscanas.

Retornado da Espanha a São Paulo em 1609, d. Francisco de Souza deve ter ido colhendo notícias pouco promissoras das bandeiras goianas dos sertões do Paraupava, como as recentes de Belchior Carneiro e de Tenório de Aguiar.

Empenhou-se em explorar ferro em São Paulo e a enviar um Simão Álvares à procura da lendária Casa da Casca nos sertões de Caeté, em Minas, e a outro legendário Marcos de Azevedo à busca das esmeraldas de Sabarabuçu, partindo este do Espírito Santo.

Esvaíam-se as esperanças aventureiras de Francisco de Souza, o velho almirante e companheiro d'el rey d. Sebastião em África, agora metido na quixotaria do lago Dourado do interior do Brasil.

Em busca das ilusões da lagoa Dourada e de Sabarabuçu suas bandeiras passaram e repassaram, sem vê-las, sobre as enormes riquezas auríferas do rio das Velhas nas Minas Gerais e do rio Vermelho em Goiás.

Houve, é certo, notícias vagas e amostras inconclusivas de minérios, mas as riquezas noticiadas pelos índios e sonhadas por d. Francisco permaneceriam veladas por mais um século.

Morreu o *condotieri* desiludido em 1611, em São Paulo. Dizem uns que amargurado com os paulistas, dizem outros que na mais extrema miséria, faltando-lhe até mesmo vela no leito de morte.

Finalmente, quanto à bandeira de André Fernandes (1613-1615) não há o que discutir, por tão bem documentada que foi poucos anos depois, pelo padre jesuíta Antônio Araújo. Tendo descido o rio Tietê, subiu a bandeira o rio Grande até quase o centro de Minas Gerais, pulando por um estreito varadouro seco, para a bacia do São Francisco. Estaríamos aqui em território à direita da serra da Canastra, na região de Piunhi e Pains.

Pelo São Francisco abaixo deixaram os bandeirantes o rio das Velhas (Goiabi) à direita, e pouco depois o rio Paracatu. Dão aqui notícias de uns índios catequizáveis do São Francisco, os Amoipira, que então se localizavam, junto com refugiados Temiminó e Tamoio, 15 dias abaixo da barra do rio Paracatu com o São Francisco, sendo que esses Tamoio, expulsos do Rio de Janeiro, homiziavam-se nas profundezas do rio Preto ou Luna, que é vertente da serra Geral de Goiás no São Francisco, e onde se aposentavam esses Tamoio do Rio de Janeiro.

É muito interessante notar-se, como nesse caso, a intensidade dos deslocamentos indígenas em face do invasor e ao mesmo tempo atentar-se para o perigo que encerra a fixação de topônimos que a tenham por base.

Não fica claro a partir das digressões do padre Araújo se a bandeira de André Fernandes subiu o rio Preto daí transpondo a serra Geral de Goiás, atingindo o Tocantins pelo rio do Sono, ou se simplesmente teve e retransmitiu notícias desses índios que tanto interessavam ao padre Araújo.

Fato é que a partir daí seus informantes tinham lembranças de um rio Itinga, rio das Águas Brancas, braço do Iabebéri, rio das Arraias, nome esse um neologismo dado pela bandeira para o rio Tocantins. Pode ser o citado Itinga o curso superior do Paranã após a junção com o Palma, esse mesmo Paratinga ou Parnatingá (rio Branco) assim mencionado pelos seus moradores, os fazendeiros pernambucanos das Terras Novas, em requerimento de 1740 a d. Luís de Mascarenhas, tendo acontecido a sua colonização desde 1697, sob o patrocínio dos Garcia d'Avila da Casa da Torre de Tatuapara.

Seja como for a bandeira de André Fernandes chegou às cabeceiras do Iabebéri-Tocantins, onde encontrou salitre de cuja pólvora se recetia falta em Portugal metropolitano, razão porque mencionava-se ao lado de metais preciosos. O mesmo salitre visto pela Comissão Cruis na serra das Araras, Distrito Federal, em 1894? Ou na lagoa Formosa, pouco adiante de Planaltina (DF), obscuramente citada na cartografia portuguesa dos anos 1670?

Teria a bandeira então descido pelo vão do Paranã (rio Itinga) e embarcando no Tocantins (rio Iabebéri), onde foram dar os aventureiros em um 'fermoso braço', quase certamente o Araguaia. Travam aí conhecimento com os índios Caatinga (seriam os Bilreiro das expedições anteriores?) a quem demovem para seguí-los para São Paulo.

Trinta brancos comboiando e seqüestrando melifluamente três mil índios. Esses Caatinga tinham trato com uns franceses que se haviam instalado numa fortaleza sessenta léguas abaixo da confluência do Araguaia-Tocantins no Amazonas, e que podem concorrer também, perfeitamente, à primazia de penetração do território goiano.

"Mas tudo com engano, profissão de sertanista"... segundo a expressão do padre Araújo, os Caatinga desiludiram-se logo dos trinta paulistas em razão da *mauvaise politique* com a mulher de um maioral Caatinga, filha de francês de quem o padre Araújo lembra-se que "a natureza se esmerara de dotar das partes requitas (sic) para a perfeição corporal".

Não me sobram dúvidas de que tanto o Planalto Central quanto boas porções de Minas Gerais foram amplamente conhecidas desde 1589

Explode o conflito, os índios matam 16 paulistas e os restantes 14 desabalam Araguaia acima. Passam pela ilha do Bananal, onde os Carajá ainda lembravam-se da bandeira de Tenório de Aguiar. Ultrapassam Barra do Garças, metem-se pelo rio Diamantino e, supomos, por um curto varadouro de terra na allura de Portelândia (GO), reembarcam rio Aporé abaixo (Apori) transpondo as canoas da bacia do Tocantins para a bacia do Prata. Pelo Aporé vão dar no Paranaíba (Boigi), descendo-o antes da junção com o rio Grande (Iguaçu). Por este, tomando à esquerda sobem o Tietê (Anhambí) até 150 quilômetros a oeste de São Paulo. Um notável périplo aventureiro em que descobriu-se um novo caminho que parece não mais foi usado, pelo perigo talvez de atravessar o sertão dos Caiapó do sul.

Estamos já em 1615.

No mesmo ano, Antônio Pedroso de Alvarenga, à frente da última bandeira dessa fase de investigações primárias do Planalto Central, volta ao velho batedor da caça dos índios Tupiães (em Paracatu) e Gualoxo (estes no alto rio Doce) indo porém ao sertão do rio Paraupava, como deixa claro o linhagista Pedro Taques. Regressa essa bandeira a São Paulo em 1618.

Apesar das muitas e justificáveis dúvidas a respeito, decorrentes da documentação lacunosa e da toponímia falível, não me sobram dúvidas de que tanto o Planalto Central quanto boas porções de Minas Gerais foram amplamente conhecidas e transitadas pelas primeiras expedições da história de São Paulo, desde aquela primeiríssima de Domingos Luís Grou em 1589. Depois, por meio século, ocupados com os seqüestros nas Missões Jesuítas e com as reduções no interior do Nordeste, esqueceram os paulistas o Planalto Central, para breve alegria de toda uma geração de indígenas.

A liberdade com que tratei os assuntos aqui vistos deve-se quase exclusivamente à seriedade e competência com que três pesquisadores obsessivos, competentes e verazes trataram anteriormente a matéria.

Primeiro, o mais velho, Francisco de Assis Carvalho Franco, em seu *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*, edição de 1984. E do mesmo autor, *Os companheiros de d. Francisco de Souza*, de 1929.

Em seguida, Manoel Rodrigues Ferreira, de longe o maior pesquisador que temos sobre as bandeiras paulistas do oeste e ao qual devemos creditar além do livro instigante, *O mistério do ouro dos Martírios*, o formidável *Bandeiras do Paraupava*, de 1977, que confirma de maneira notável teses do primeiro livro.

Em terceiro, utilizei-me bastante do livro do professor Antônio Theodoro da Silva Neiva, *Introdução à antropologia goiana*, volume I, 1986, como monumento de inúmeras outras fontes publicadas sobre as bandeiras paulistas ocidentais. O livro é perfeito em matéria de citações e de vasta erudição.

Paulo Bertran é pesquisador da história de Goiás e a dos bandeirantes.

Bibliografia

Alencastre, José Martins Pereira de. *Anais da província de Goiás*. 2. ed., Goiânia.

Americano do Brasil, Antonio. *Summula de história de Goyaz*. Goiás, Imprensa Oficial, 1932.

Buescu, Mircea. *História econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, APEC, 1970.

Capistrano de Abreu, J. *Capítulos de história colonial e Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Editora Universidade de Brasília, 1963.

Carvalho Franco, Francisco de Assis. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. São Paulo, Comissão do IV Centenário, 1954.

Cunha Matos, Raimundo José. *Corografia histórica da província de Goiás*. 2. ed., Goiânia.

Ferreira, Manoel Rodrigues. *O mistério do ouro dos Martírios*. São Paulo, graf. Biblos, 1960.

_____. *As bandeiras do Paraupava*. Ed. Pref. de São Paulo, 1977.

Fonseca, José Ribeiro da. 'Relação' in *Revista do Arquivo Histórico Estadual de Goiás*. Goiânia, 1982, (4).

Handelmann, M. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo, Melhoramentos/MEC, 1978, vol. I.

Lisboa, João Francisco. *Apostamentos para a história do Maranhão*. Vozes/INL, 1976.

Mendonça Teles, José. *Vida e obra de Silva de Souza*. Goiânia, Oriente, 1977.

Neiva, Antônio Theodoro da Silva. *Introdução à antropologia goiana*. Goiânia, ed. O Popular, 1986, vol. I.

Oliveira Marques, A. H. de. *História de Portugal*. Lisboa, Pelas Editores, 1976, vol. I.

Rodrigues, Lysias A. *O rio dos Tocantins*. Goiânia, Cerne, 1978.

Southey, Robert. *História do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos/MEC, 1977, vol. I.

Taques, Pedro T. A. Paes Leme. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. Belo Horizonte, Itatiaia/USP, 1980, vols. I, II e III.

Taunay, Afonso de E. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo, Melhoramentos, 1953.

_____. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo, Melhoramentos/MEC, 1975, vols. I e II.

Varnhagen, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos/MEC, 1975, vols. I, II e III.

Vasconcelos, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974, vols. I, II e III.

Resumen

LOS PRIMEROS DESCUBRIMIENTOS DE LOS CERRADOS CENTRALES

Dentro de la América plural, se observa el descubrimiento expandido, llegando al cerrado. Los mares a navegar son sustituidos por la vegetación del interior de Brasil. El Nuevo Mundo es El Dorado. Las banderas hacen las veces de las carabelas. Con esto, el expansionismo europeo clava sus dientes en la selva, produciendo las primeras experiencias de poblamiento de la Tierra de Santa Cruz.

Abstract

THE FIRST DISCOVERIES OF THE CENTRAL PLATEAU SCRUBLANDS

Within the plural American continent, one observes the expanding drive of discovery thrusting deep into the plateau scrublands of central Brazil. The seas to be navigated are replaced by the vegetation of the hinterland. The New World is Eldorado. Expeditionary caravans forge inland like bucking galleons. European expansionism thus sinks its teeth into the pith of the Brazilian backlands, heralding the first attempts at settlement in the Land of Santa Cruz.